

33º Encontro Anual da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - 2009

GT 14: Desigualdades: produção e reprodução.

Redes de Nepotismo como processo de produção e reprodução de desigualdades

Ricardo Costa de Oliveira

Analisamos as relações entre estruturas de parentesco e poder político no Brasil. Verificamos o fenômeno do nepotismo em suas conexões sociais e políticas como um processo de concentração de poder e renda, responsável pela formação de desigualdades e carências de longa duração. O estudo dos ricos e poderosos é inseparável da análise das relações privilegiadas desenvolvidas por esses grupos nas instituições e nos aparelhos de poder do Estado. Apresentamos uma metodologia conceitual na forma de um observatório do fenômeno do nepotismo no Brasil. Investigamos casos empíricos relacionados com o poder executivo, legislativo e judiciário em várias unidades da federação. Das famílias de gestores públicos às instituições, como os tribunais de contas e cartórios, o nepotismo é uma grande rede social de interesses, favores e cumplicidades organizados com os cargos políticos do aparelho de Estado.

Originalmente o conceito de nepotismo surgiu nas relações políticas entre o Papa e seus parentes, passando a definir todas as relações de parentesco na concessão de cargos, ou privilégios a parentes, no funcionalismo público. Certamente que na perspectiva dos nepotistas todos os indicados são "sempre-muito-bons" e o que define sociologicamente o fenômeno do nepotismo é a relação entre estruturas de poder político e estruturas de parentesco. O nepotismo é uma relação política de favoritismo e de patronagem, sob as mais diversas formas sociais e políticas.

O estudo empírico dos ricos e das classes superiores é um estudo, sob vários aspectos, muito mais difícil e complicado do que o estudo dos pobres. Os ricos apresentam formas de riqueza social e de patrimônios ocultas aos olhares investigativos. A sociedade e o Estado protegem a privacidade das classes altas. A exposição de riquezas não é visível porque gera receios em relação a criminosos e seqüestradores, concorrentes no mercado ou na política e mesmo apreensões em relação à tributação oficial. As formas sociais da riqueza, em termos econômicos, podem ser de várias formas, tais como propriedades urbanas e rurais, empresas, ativos financeiros variados, contas bancárias, objetos de arte, objetos na forma de jóias, outros objetos de valor e mesmo metais preciosos em espécie.

O problema das fontes de pesquisa no estudo dos ricos é um problema complexo. O pesquisador pode utilizar algumas fontes de informações, ainda

que muitas vezes incompletas, mas que permitam o acesso ao patrimônio de alguns "ricos e poderosos". Uma importante fonte é a disponibilização dos bens e patrimônios dos candidatos aos cargos eletivos pela Justiça Eleitoral. O patrimônio declarado dos políticos na forma de bens declarados à justiça eleitoral é uma das mais interessantes fontes públicas de informação sobre um segmento dos ricos e poderosos no Brasil, ainda que muitas vezes incompleta.

Desvios de verbas e desigualdades. O impacto da corrupção nas contas públicas do Brasil.

O Chefe da Controladoria Geral da União (CGU) de Alagoas, Arnaldo Flores, apresentou dados calculando porcentagens de desvios de verbas públicas na terça-feira, 5 maio de 2009¹. O Chefe da CGU estimou que "40% dos recursos federais que vão para Alagoas são desviados" e "nas demais Unidades da Federação, a média de desvios chega a 20%. O Governo do Estado nega qualquer desvio de verba pública na atual gestão". Os desvios de verbas públicas sempre são negados. Mas o cálculo da Controladoria Geral da União revela um fenômeno de desvio importante de verbas públicas organizado de dentro do aparelho de Estado. Alagoas também apresentava em 2007 a mais elevada taxa de mortalidade infantil do Brasil, com 50,00 ‰². Somente grupos organizados podem organizar desvios muito importantes de dentro do Estado. O desvio de verbas em Alagoas foi calculado em R\$ 2,6 bilhões, o equivalente a construção de 76 mil casas, de acordo com a fonte citada.

É claro que todos são inocentes até provas em contrário.

A produção e reprodução de desigualdades sociais têm um contraponto na outra face do processo de construção das riquezas. Para cada esfera de desigualdades podemos encontrar processos de reprodução de interesses dominantes na forma da construção de redes sociais de riqueza e redes políticas de poder. A desigualdade também se forma como o resultado histórico da ação de grupos de ricos e poderosos. A grande concentração de riquezas e

¹ 40% dos recursos federais que vão para Alagoas são desviados, afirma CGU. 05/05/2009. Carlos Madeiro Especial para o UOL Notícias. Em Maceió

<http://noticias.uol.com.br/politica/2009/05/05/ult5773u1131.jhtm>

² http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1233&id_pagina=1

de poderes, com formas extremas de desigualdade e pobreza, resulta em um processo único, dialeticamente imbricado. O custo social e econômico desse fenômeno só pode ser identificado em relação à atores sociais e políticos, com perfis claramente definidos, em várias modalidades de ação social e política. O estudo aprofundado e detalhado dos ricos e poderosos também é principalmente um estudo de biografias individuais, biografias coletivas e genealogias.

Marco Teórico

Nos últimos anos houve um conjunto inovador de pesquisas e estudos sobre a questão da riqueza e da pobreza no Brasil, com novas perspectivas de análise da produção e reprodução de desigualdades (Cattani, 2007; Medeiros, 2004, 2005; Pochmann, 2004; Oliveira, 2007). Este programa de pesquisas investiga as conexões entre riqueza, poder político e desigualdade social. Novas técnicas de pesquisa e novos conceitos são utilizados para a operacionalização das investigações. Novos objetos de estudo e novas relações sociais e políticas entram nos objetivos e na agenda epistemológica do tema.

A plataforma de observações e análises sobre os ricos e poderosos também passa pelo estudo das relações entre estruturas de parentesco e poder político, uma das formas de produção e reprodução dos privilégios e das desigualdades históricas. Fenômenos sociais até pouco tempo muito pouco estudados empiricamente pelas ciências sociais, tais como as conexões entre genealogias tradicionais e instituições políticas (poder executivo, legislativo, judiciário, empresas estatais, tribunais de contas, cartórios e tabelionatos), quase nunca investigadas sob o prisma do nepotismo, passam a ganhar novos sentidos e referenciais dentro de amplas redes sociais e políticas de nepotismo e parentesco. A relação envolvente entre a esfera pública e a privada também é uma relação de conexões pessoais. Relações preferenciais com empresas privadas fornecedoras de bens e serviços para o Estado, em função de estruturas de parentesco, também é tema relevante para esta plataforma de pesquisa.

Um importante marco sociológico no campo foi o estudo de Marcelo Medeiros, no pioneiro livro, *Que Faz os Ricos Ricos: o Outro Lado da Desigualdade Brasileira*. A investigação quantitativa e estatística do fenômeno da riqueza e dos ricos passou a entrar na agenda das ciências sociais: “se somadas as rendas dos 50% mais pobres o resultado não ultrapassa 12% da renda per capita total disponível. Por outro lado, o centésimo mais rico da população detém 14% da renda, ou seja, o 1% mais rico possui mais renda que a metade mais pobre da população brasileira. Movendo-se mais na distribuição é possível ver que os 5% mais ricos detêm um terço de toda a renda e os 10% mais ricos aproximadamente metade dela. Essas informações são mais do que suficientes para justificar a necessidade de se estudar os estratos de maior poder aquisitivo no Brasil: falar de renda é falar do que é, em certa medida, recebido por eles.” (Medeiros: 2005, 46,47)

Importantes conceitos quantitativos foram desenvolvidos para o estudo analítico dos ricos, tal como a “Parada de Pen”³, a linha de riqueza⁴ e mesmo uma geografia dos ricos no Brasil⁵.

A PNAD - 2008⁶ (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) revelou que “os 10% mais ricos detinham 42,7% da distribuição total dos rendimentos mensais no Brasil em 2008”, enquanto “os 10% mais pobres, por exemplo, com rendimentos de até R\$ 122 mensais em 2008, voltaram a ampliar sua participação sobre o total da renda nacional em 0,1%, como acontece desde 2006. Na pesquisa mais recente, o peso deles na renda nacional foi de 1,2%”

A metodologia de pesquisa utilizada para o estudo dos “ricos e poderosos” deve operacionalizar também técnicas de pesquisa qualitativas de modo substantivo. Os “ricos e poderosos” têm nomes e principalmente “sobrenomes”, ou seja, pertencem à estruturas de parentesco muitas vezes complexas e profundas. A metodologia qualitativa permite identificar e visualizar os “ricos e poderosos” de maneira bastante detalhada. A investigação qualitativa das biografias é um elemento fundamental. Os “ricos e

³ Parada de Pen - http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1202.pdf

⁴ Linha de riqueza - http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0812.pdf

⁵ A Geografia dos ricos no Brasil - http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1029.pdf

⁶ PNAD 2008. Divulgada em 18 de setembro de 2009-
<http://economia.uol.com.br/ultnot/2009/09/18/ult4294u2959.jhtm>

poderosos" possuem biografias e genealogias a serem conhecidas e analisadas. O estudo dos ricos e poderosos também é um estudo de biografias e de genealogias, que formam parte considerável da mesma elite e classe dominante, tal como demonstrei em meu precursor livro: *O Silêncio dos Vencedores. Estado, Genealogia e Classe Dominante no Paraná*.

Uma sociologia das biografias é tarefa central para esse programa de pesquisa. Gilberto Freyre oferece um interessante modelo de pesquisa, inclusive histórica: *Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. Conhecer as informações básicas e essenciais de um indivíduo, tais como a data de nascimento, as origens sociais, a educação, o itinerário social, econômico, cultural e político do biografado, conhecer os principais eventos e fundamentalmente conhecer a construção do patrimônio como dinâmica do empreendedorismo e das relações econômicas e políticas do ator social. Os dados básicos de uma biografia devem revelar as conexões de interesses, as relações matrimoniais, o nascimento dos filhos e a etapa final do falecimento.

O método prosopográfico é o estudo dos elementos comuns e compartilhados coletivamente por um grupo na sua história de vida coletiva. Biografia social, coletiva e quantitativa. Uma criteriosa descrição do método prosopográfico pode ser analisada em K.S.B. KEATS-ROHAN⁷, *Biography, Identity and Names: Understanding the Pursuit of the Individual in Prosopography*.

A genealogia é a ciência da história das famílias e fornece uma metodologia de pesquisa fundamental para a sociologia dos ricos e poderosos, revelando estruturas de parentescos e as relações de parentesco entre diferentes indivíduos e famílias ao longo do tempo. A genealogia consiste em uma estrutura social temporalmente organizada em termos reais, ou mesmo imaginários, de modo a conectar e estruturar vários indivíduos e grupos familiares em complexas redes de parentesco e de interesses unidas entre si (Oliveira: 2001).

⁷ <http://prosopography.modhist.ox.ac.uk/images/06%20KKR.pdf.pdf>
<http://prosopography.modhist.ox.ac.uk/prosopdefinition.htm>

O estudo dos ricos e poderosos, a pesquisa sobre a classe dominante, deve ser qualificado cientificamente com investigações sobre biografias individuais e biografias coletivas, com a operacionalização do método prosopográfico e do método genealógico. O resultado é uma análise coletiva de classe desse segmento como uma totalidade rica e viva de indivíduos, famílias e experiências, síntese de múltiplas determinações.

Conciliação. A base regional do nepotismo: Frações regionais da classe dominante, as "oligarquias regionais".

O Brasil é uma federação com uma das maiores desigualdades sociais e econômicas entre as suas unidades federativas. Se há uma grande desigualdade social entre indivíduos e classes como um todo, também se verifica uma grande desigualdade entre as diferentes regiões. Os grupos regionalmente dominantes estendem necessariamente as suas atuações políticas no governo federal, mas sempre com uma base regional de poder.

Um dos melhores e sempre atuais exemplos é o do Clã Sarney, do Maranhão. Diz o folclore político local:

“Conheça o Maranhão:

- Para nascer, Maternidade Marly Sarney;
- Para morar, escolha uma das vilas: Sarney, Sarney Filho, Kiola Sarney ou, Roseana Sarney;
- Para estudar, há as seguintes opções de escolas: Sarney Neto, Roseana Sarney, Fernando Sarney, Marly Sarney e José Sarney;
- Para pesquisar, apanhe um táxi no Posto de Saúde Marly Sarney e vá até a Biblioteca José Sarney, que fica na maior universidade particular do Estado do Maranhão, que o povo jura que pertence a um tal de José Sarney;
- Para inteirar-se das notícias, leia o jornal O Estado do Maranhão, ou ligue a TV na TV Mirante, ou, se preferir ouvir rádio, sintonize as Rádios Mirante AM e FM, todas do tal José Sarney. Se estiver no interior do Estado ligue para uma das 35 emissoras de rádio ou 13 repetidoras da TV Mirante, todas do mesmo proprietário, do tal José Sarney;
- Para saber sobre as contas públicas, vá ao Tribunal de Contas Roseana Murad Sarney (recém batizado com esse nome, coisa proibida pela Constituição, lei que no Estado do Maranhão não tem nenhum valor);
- Para entrar ou sair da cidade, atravesse a Ponte José Sarney, pegue a Avenida José Sarney, vá até a Rodoviária Kiola Sarney. Lá, se quiser, pegue um ônibus caindo aos pedaços, ande algumas horas pelas 'maravilhosas' rodovias maranhenses e aporte no município José Sarney.

Não gostou disso e quer reclamar? Vá, então, ao Fórum José Sarney, procure a Sala de Imprensa Marly Sarney, informe-se e dirija-se à Sala de Defensoria Pública Kiola Sarney”⁸.

Semelhante estrutura de conexões entre famílias de poderosos locais com o aparelho de Estado e os serviços públicos, não é exclusividade do Maranhão e sim prática política nacional, reproduzida em maior ou menor escala. A conexão entre famílias da classe dominante com as atividades públicas é tema central na análise do fenômeno do nepotismo.

Famílias da classe dominante histórica tradicional se organizam com e no próprio aparelho de Estado: “No Maranhão se nasce na maternidade Marly Sarney, movimenta-se pela ponte, avenida e rodoviária com o nome Sarney. O Fórum e o Tribunal de Contas também são Sarney. Escolas, vilas residenciais e outras obras públicas todas também têm o nome Sarney”. A indissociabilidade entre o público e o privado é tema clássico da literatura sociológica brasileira referente ao conceito de patrimonialismo. E mais, a socióloga Roseana Sarney, Senadora pelo Maranhão e filha de José Sarney, voltou ao governo do Maranhão, em abril de 2009, em função da Justiça Eleitoral. O Presidente do Senado Federal é José Sarney, ex-presidente da República. A influência da família Sarney na política maranhense nos últimos cinquenta anos tem sido bastante extensiva, como se pode apreender dos diversos cargos exercidos pela família. Mudam os regimes e os presidentes e Sarney sempre fica na nova conciliação. Há muitos outros, em cada estado, também permanecendo no poder há décadas. O nepotismo é que continua.

No Maranhão o nepotismo não havia terminado com a saída anterior do clã Sarney porque “O governador do Maranhão, Jackson Kepler Lago (PDT), montou a maior rede de nepotismo em administrações estaduais do País. O listão de parentes e contraparentes nomeados por Lago para cargos públicos já chega a 23 pessoas - entre elas dois irmãos, quatro sobrinhos, três primos e um genro. Nomeada secretária particular do governador, a primeira-dama Maria Clay Moreira Lago abriga no governo dois irmãos, seis sobrinhos e dois primos. E, primo do governador e chefe da Casa Civil, Aderson Lago pendurou

⁸ <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/lago-sarney-controla-54-dos-56-cargos-federais-no-maranhao/>

nos cofres maranhenses pelo menos dois sobrinhos. A República dos Lago é a linhagem de nepotismo de maior extensão de que se tem notícia no Brasil. Conta com mais que o dobro dos parentes empregados nos dois Estados concorrentes. No Paraná, o governador Roberto Requião (PMDB) emprega seis familiares. No Pará, a petista Ana Júlia Carepa (PT) nomeou sete”⁹.

Os políticos preservaram os parentes, mesmo com a Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal¹⁰, que limitaria o fenômeno do nepotismo. De acordo com informação do jornal Estado de São Paulo e Agência Brasil: “No mesmo dia em que o Supremo baixou a Súmula Vinculante, o governador do Paraná, Roberto Requião assinou o Decreto 3.302, nomeando a mulher, Maristela, que é diretora do Museu Oscar Niemeyer (MON), para o cargo de "secretária especial", sem pasta definida. E, dias depois, nomeou seu irmão Eduardo, que até então era diretor da Superintendência de Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, para o cargo de secretário estadual de Transportes. O STF que Eduardo Requião, irmão do governador Roberto Requião, pode continuar no cargo de secretário de Transportes do Estado do Paraná. Eles concluíram que nesse caso não há nepotismo porque o cargo é político. Os ministros do STF decidiram que Eduardo Requião pode continuar no cargo de secretário de Transportes do Estado do Paraná. Eles concluíram que nesse caso não há nepotismo porque o cargo é político. O mesmo foi utilizado no Rio de Janeiro pelo prefeito Cesar Maia, com o objetivo de favorecer a irmã, Ana Maria, que ocupava um cargo de confiança na Secretaria Especial de Eventos. Maia, que já emprega a cunhada Carmem, como presidente da Fundação Planetário, a sobrinha Anita, como presidente da RioZoo, e o sobrinho Carlos, como subsecretário de assuntos administrativos, nomeou Ana Maria como titular da Secretaria Especial de Eventos. Ao assinar a nomeação, o próprio prefeito confirmou que a manobra se destinava a

⁹ O Estado de São Paulo, Domingo, 20 maio de 2007

<http://www.estado.com.br/editorias/2007/05/20/pol-1.93.11.20070520.9.1.xml>

¹⁰ Súmula Vinculante 13 do STF: A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal. Data de Aprovação Sessão Plenária de 21/08/2008. Fonte de Publicação DJE nº 162/2008, p. 1, em 29/8/2008. DOU de 29/8/2008, p. 1.

contornar a determinação do Supremo. "Ela (a irmã) continua a fazer o que sempre fez, ganhando o mesmo que ganhava." A governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), empregou quatro familiares em sua gestão com 70 dias de mandato, em 2007: um primo, o ex-cunhado, a ex-concunhada e o ex-marido. Já os três irmãos da governadora eram funcionários concursados do governo do Estado. À época, a governadora alegou não haver nepotismo e disse que, no seu governo, "a competência profissional está acima das relações pessoais". Também o Ministério Público analisou essas contratações e concluiu que Carepa não praticou nepotismo, uma vez que o grau de parentesco do ex-cunhado, ex-concunhada e ex-marido não configuraria a prática. A governadora nem chegou a ser denunciada. A assessoria da governadora informou ainda que um dos três irmãos, o médico Luiz Roberto Vasconcelos Carepa não ocupa mais cargo em sua gestão e que o primo, Arthur Emílio Aliverti, foi exonerado e depois readmitido a "convite" de secretário por seu desempenho como assessor especial"¹¹.

Redes Sociais, Redes Políticas e Redes de Nepotismo

As conexões entre estruturas de parentesco e estruturas de poder político geram o fenômeno do nepotismo. Uma das tarefas de um programa de pesquisas sobre o nepotismo é a construção de um "Observatório do Nepotismo" no Brasil.

As redes políticas de nepotismo podem ser variáveis em sua abrangência e extensão. As redes de nepotismo geralmente atravessam os poderes e conectam as diferentes funções do aparelho de Estado. Um exemplo de uma rede de nepotismo média era a família Ferreira da Costa, no Paraná, nas décadas de 1950, 1960. Uma rede de nepotismo apresenta componentes no poder executivo, judiciário e legislativo, muitas vezes de maneira sincronizada, operando ao mesmo tempo em funções de complementação. "O desembargador Antonio Ferreira da Costa iniciou sua carreira na magistratura em 6 de agosto de 1940, quando foi nomeado juiz de direito substituto na

¹¹ http://www.estadao.com.br/nacional/not_nac263905.0.htm

Veja os principais casos de nepotismo pelo País. O Estado de São Paulo - terça-feira, 21 de outubro de 2008.

comarca de Morretes. Como desembargador exerceu por muitas vezes as funções de corregedor geral da justiça, bem como foi presidente deste tribunal. Era filho de Lysimaco Ferreira da Costa e de Ester Franco da Costa. Era natural de Curitiba, nascido em 24 de agosto de 1909, faleceu em Curitiba no dia 13 de setembro de 1968, trabalhando em pleno expediente nas dependências deste tribunal. Foi casado com Maria Macedo da Costa, de cujo casamento nasceram os filhos Antonio Franco Ferreira da Costa Filho (este foi deputado estadual e Prefeito de Guaratuba), Agostinho Macedo Francisco Costa e Vera Maria Macedo Costa. O seu neto Antonio Franco Ferreira da Costa Neto é juiz de direito nesta capital, honrando com brilhantismo as tradições familiares. O desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, era irmão de Plínio Franco Ferreira da Costa, que foi secretário estadual (Secretário da Fazenda) e forte candidato ao governo do estado, pelo antigo P.S.D. (Partido Social Democrático). Também era seu irmão o não menos ilustre Alberto Franco Ferreira da Costa, que foi deputado federal”¹².

O fenômeno do nepotismo no Poder Executivo

Redes de nepotismo no poder executivo são facilmente verificáveis pelos nomes influentes. Até mesmo em políticos com formação considerada moderna, como o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, constataram-se relações nepotistas: Luciana Cardoso, filha do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foi indicada em 1995 para o cargo em comissão de adjunto do Gabinete da Secretaria-Geral. Chegou mesmo a utilizar avião da FAB para deslocamentos. O procurador Luiz Francisco de Souza questionou o uso de avião da FAB (Força Aérea Brasileira) para ir à fazenda Córrego da Ponte, em Buritis, local que FHC costumava viajar¹³. Com a saída de FHC, a nepote passou a trabalhar no gabinete do senador Heráclito Fortes¹⁴: “O 1º secretário da Mesa do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI) se recusou a dar entrevista

¹² José Wanderlei Resende.

Vai melhorar! - Minha breve convivência com o desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa
<http://www.amapar.com.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=91>

¹³ http://www.conjur.com.br/2002-mar-28/filha_fhc_explicar_uso_aviao_fab

¹⁴ <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/03/27/heraclito-se-nega-comentar-entrevista-de-luciana-cardoso-755028915.asp>

O Globo, 27/03/2009

esta sexta-feira sobre o trabalho de Luciana Cardoso, filha do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, lotada em seu gabinete. Luciana declarou à coluna de Mônica Bergamo, do jornal "Folha de S.Paulo, que o Senado " é uma bagunça", por isso trabalharia em casa". "Trabalho mais em casa, na casa do senador. Como faço coisas particulares e aquele Senado é uma bagunça e o gabinete é mínimo, eu vou lá de vez quando. Você já entrou em um gabinete de senador? Cabe não meu filho! É um trem mínimo e uma bagunça eterna", diz Luciana. Na entrevista, Luciana também admite que pode ter recebido hora extra em janeiro." Logo depois da entrevista, Luciana Cardoso pediu demissão. Já outra filha de Fernando Henrique Cardoso, Ana Beatriz, foi casada com David Zylbersztajn, indicado para a chefia da Agência Nacional do Petróleo. Coincidentemente David Zylbersztajn saiu do cargo em 2001¹⁵, logo depois de se divorciar, mesmo que o mandato lhe garantisse a permanência no cargo até o final de 2005.

O tema das conexões entre estruturas de parentesco e poder político é tema complexo e interessante. É tema de abrangência nacional, presente em todas as regiões e em todos os estados. Luiz Henrique da Silveira, atual governador de Santa Catarina, um dos estados mais modernos e com maiores mudanças desde o século XIX, é descendente direto em linha masculina de Dom Maurício da Silveira, governador de Santa Catarina indicado ainda no período absolutista por D. João VI. O fenômeno das relações entre parentesco e poder político é fenômeno de longa duração.

Um ano depois da Súmula Vinculante número 13, do Supremo Tribunal Federal, ter impedido a contratação de parentes e ter permitido a nomeação de parentes somente em primeiro escalão, o que se verifica é a promoção dos parentes para os cargos de primeiro escalão como secretários. No Paraná há o registro de 64 municípios com parentes contratados. O nepotismo na administração pública foi promovido com a Súmula Vinculante número 13¹⁶. "Pela decisão do STF publicada no dia 20 de agosto do ano passado, a

¹⁵ http://www.terra.com.br/dinheironaweb/205/economia/205_briga_familia.htm

BRIGA EM FAMÍLIA. FHC quer o ex-genro David Zylbersztajn fora do governo, mas mandato na ANP impede a sua demissão. Isto é – Dinheiro, Sexta-feira, 27 de Julho de 2001

¹⁶ <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidapublica/conteudo.phtml?id=917574>

Combate ao nepotismo fracassa. Exceção aberta pelo STF para a contratação de parentes a cargos políticos virou regra no Paraná. Gazeta do Povo. Vida Pública, 13. Publicado em 24/08/2009

contratação de familiares de autoridades públicas, sem concurso público, ficou proibida, exceto para os chamados cargos políticos (ministros, secretários estaduais e municipais). A partir dessa “brecha”, políticos começaram a realocar parentes que antes encontravam-se em cargos de segundo escalão (em diretorias e funções de assessoramento) para cargos de secretários, entre eles, o governador Roberto Requião (PMDB). Após a edição da Súmula n.º 13, o governador exonerou a esposa, Maristela, do cargo de assessora especial e a transformou em secretária especial, para continuar a exercer a mesma função de antes – dirigir o Museu Oscar Niemeyer. Já o irmão de Requião, Eduardo, primeiro foi alçado à condição de secretário de Transportes, para logo em seguida ser designado para a Secretaria Especial de Representação do Paraná em Brasília. Essa estratégia foi usada por prefeitos do Paraná. Em Prudentópolis, por exemplo, a súmula acabou permitindo que o prefeito Gilvan Agibert (PPS) pudesse nomear a esposa, Jeanne Maria Agibert, para a pasta de Promoção Social. Antes da súmula, a cidade tinha legislação municipal vetando todas as formas de contratação de parentes. Mas como a decisão do STF é menos restritiva que a lei local, a prática de contratação de parentes voltou a ocorrer. Já em Curitiba, o prefeito Beto Richa (PSDB) recontratou o irmão, José Richa Filho, para o cargo de secretário de Administração e a esposa, Fernanda, para o cargo de presidente da Fundação de Ação Social. Ambos haviam sido exonerados no período eleitoral, no meio do ano passado, para trabalhar na campanha de Richa. Tanto Fernanda quanto José Richa Filho eram, na época, réus numa ação movida pelo Ministério Público contra a prefeitura, a fim de acabar com o nepotismo no âmbito municipal. Como foram exonerados, os dois deixaram de ser réus. Porém, com a reeleição do tucano, os dois voltaram a seus antigos cargos. Embora José Richa Filho tenha sua situação respaldada na súmula, o caso de Fernanda é incerto, pois a decisão do STF só permite parentes contratados para cargos de secretários. A nomeação da primeira-dama foi feita com base em um parecer da procuradoria da prefeitura de Curitiba, que considerou que o cargo ocupado por ela tem o mesmo “status” de secretário municipal. Segundo o Ministério Público, embora Fernanda Richa não esteja mais figurando entre os réus da ação movida contra

a prefeitura, o órgão pedirá que a Justiça se pronuncie sobre o caso, já que a instituição pede o fim do nepotismo em toda a administração pública”¹⁷.

O número de cargos comissionados de confiança, indicados pelo poder executivo, sem necessidade de concursos, é muito grande nos vários níveis do Estado no Brasil. Na esfera central do aparelho de Estado no Brasil, no governo federal, há mais de 20.000 cargos em comissão para cerca de 529.000 funcionários efetivos. Nos Estados Unidos o número de cargos comissionados é de cerca de 9.000, na Alemanha e na França é de aproximadamente 500 cargos, em cada país e na Inglaterra é de 300. Quanto menor o município, no Brasil, maior é a proporção de cargos comissionados. “Num levantamento feito pela Gazeta do Povo em dez municípios paranaenses, constatou-se que os cinco com menor população possuem um maior percentual de servidores comissionados, em relação ao total de funcionários das prefeituras. Com 61 mil habitantes, Telêmaco Borba é município que tem o maior índice de funcionários comissionados – eles são 14% do total de servidores públicos”¹⁸.

Há uma correlação entre cargos comissionados e nepotismo. Cortando-se os cargos elimina-se o espaço para contratação de parentes e para práticas de clientelismo. “Cargos de confiança crescem 32% no país em cinco anos”. Estados, municípios e o governo federal promoveram em cinco anos um crescimento dos cargos de confiança. O número saltou de 470 mil, no início de 2004, para 621 mil pessoas agora, um aumento de 32%. “Nos Estados, a fatia ocupada aumentou de 5% para 6%. Eram 115 mil comissionados em 2004 contra 158,8 mil agora (crescimento de 37,4%). O salto de todos os funcionários na ativa foi de 16% (de 2,3 milhões para 2,66 milhões). Amapá e Pará não enviaram os dados pedidos pela Folha de São Paulo”. “Os Estados hoje com as maiores proporções de comissionados no total de servidores ativos são Tocantins (40%), Roraima (18,3%), Distrito Federal (14%) e Rondônia (13,9%). As menores proporções são de São Paulo (1,96%), Paraná (2,25%) e Rio Grande do Norte (2,98%). No caso dos municípios, a fatia

¹⁷ <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidapublica/conteudo.phtml?id=917574>

Combate ao nepotismo fracassa. Exceção aberta pelo STF para a contratação de parentes a cargos políticos virou regra no Paraná. Gazeta do Povo. Publicado em 24/08/2009

¹⁸ <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidapublica/conteudo.phtml?id=808061&tit=Elevado-numero-de-cargos-em-comissao-facilita-o-nepotismo&tl=1>

Elevado número de cargos em comissão facilita o nepotismo. Gazeta do Povo. 15/09/2008

ocupada pelos comissionados passou de 7,9% do total de servidores em 2004 para 8,8% em 2008. Há cinco anos, segundo o IBGE, eram 338,2 mil comissionados municipais, número que atingiu 443,7 mil em 2008, crescimento de 31,2%. Enquanto isso, o total de funcionários cresceu 17,15%, saltando de 4,28 milhões para 5,01 milhões de funcionários. No governo federal, os cargos de confiança passaram de 17.609, no começo de 2004, para 20.656 (subida de 17,3%). O crescimento do total de civis ativos foi de 7,67%, chegando 537,4 mil, segundo o Planejamento. A fatia ocupada pelos comissionados oscilou de 3,5% para 3,8%”¹⁹.

Nepotismo no Legislativo

Levantamento feito pelo site Congresso em Foco e que será publicado no livro *O que esperar do novo Congresso – perfil e agenda da legislatura 2007/2011* revela que pelo menos 122 parlamentares, entre os titulares e suplentes que assumiram o cargo na atual legislatura, são parentes de políticos. Entre os parentes estão 92 deputados e 30 senadores que são pais, mães, filhos, irmãos, netos, avôs, sobrinhos e cônjuges de políticos tradicionais²⁰.

As conexões de Sarney são extremamente representativas do fenômeno do nepotismo pela sua extensão e importância política. Foram contratados para cargos comissionados no Senado 27 pessoas indicadas por Sarney. A centralidade de Sarney, já denominado de “oligarca perfeito”²¹ na presidência do Senado. O fato de ser um Ex-presidente da República e ter atravessado cinquenta anos de política brasileira com destaque o tornam um símbolo das relações entre familismo e poder no Brasil.²²

¹⁹Folha de São Paulo São Paulo, domingo, 15 de fevereiro de 2009 Cargos de confiança crescem 32% no país em cinco anos. Postos comissionados em municípios, Estados e União saltaram de 470 mil para 621 mil. Parcela de comissionados no total de servidores na ativa também aumentou, assim como os cargos sem vínculo com serviço público. Fernando Barros de Mello
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1502200902.htm>

²⁰ A bancada dos parentes na atual legislatura. Congresso em Foco.
<http://congressoemfoco.ig.com.br/Noticia.aspx?id=16670>

²¹ Observatório da Imprensa
http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/cme/090630_resumo_509.htm

²² <http://noticias.uol.com.br/escandalos-congresso/sarney-parentes-senado.jhtm>

Monitor de Escândalos. José Sarney tem amigos, aliados e parentes contratados pelo Senado. *atualizada em 25.08.2009.*

- 1) João Fernando Michels Gonçalves Sarney, neto de Sarney, foi assessor do Senado de 1º de fevereiro de 2007 a 2 de outubro de 2008, recebendo R\$ 7,6 mil por mês.
- 2) Rosângela Terezinha Michels Gonçalves, mãe do neto de Sarney, passou a ocupar o lugar do filho a partir de 22 de outubro de 2008 porque uma decisão judicial proibiu o nepotismo no Congresso.
- 3) Vera Portela Macieira Borges, sobrinha de Sarney, é nomeada para trabalhar no escritório de Campo Grande (MS) do senador Delcídio Amaral (PT-MS).
- 4) Virgínia Murad de Araújo, filha do ex-deputado Emílio Biló Murad, primo de Jorge Murad, genro de Sarney, foi nomeada assistente parlamentar do gabinete da Liderança do Governo no Congresso em 29 de maio de 2007.
- 5) Isabella Murad Cabral Alves dos Santos, parente de Jorge Murad, genro de Sarney, morava em Barcelona, na Espanha, mas ganhava salário da Liderança do PTB no Senado desde fevereiro de 2007 (à época, o líder do PTB era o senador Eptácio Cafeteira (MA), aliado de Sarney).
- 6) Ivan Sarney, escritor, advogado e irmão de José Sarney, ganhou emprego por meio de ato secreto na Segunda Secretaria do Senado e 5 de maio de 2005 --essa secretaria era ocupada então pelo senador João Alberto (PMDB-MA). Ele foi exonerado, também por ato secreto, em 30 de abril de 2007.
- 7) Shirley Duarte Pinto de Araújo, cunhada de José Sarney, trabalhou 6 anos no gabinete de Roseana Sarney (PMDB-MA). Deixou o cargo quando Roseana se desligou do Senado para governar o Maranhão, neste ano de 2009.
- 8) Amaury de Jesus Machado, ganha R\$ 12 mil mensais do Senado como motorista, mas serve de "faz tudo", uma espécie de mordomo de Roseana Sarney.
- 9) Jorge Nova da Costa, primeiro suplente de José Sarney, é contratado como assessor parlamentar no gabinete de apoio do presidente do Senado.
- 10) Valéria Freire dos Santos, viúva de um ex-motorista de José Sarney, foi nomeada por ato secreto para um cargo no Senado e mora há quatro anos num imóvel localizado no térreo de um dos prédios exclusivos para senadores.
- 11) Nonato Quintiliano Pereira Filho é ligado à Fundação José Sarney, sediada em São Luís (MA), mas foi nomeado para secretário parlamentar no Senado com salário R\$ 7,6 mil, em 1995. "Trabalha" no gabinete do senador Lobão Filho (PMDB-MA), aliado de Sarney.
- 12) Fernando Nelmásio Silva Belfort também é ligado à Fundação José Sarney, sediada em São Luís (MA). Sua nomeação para o gabinete da Liderança do Governo no Congresso foi em 24 de agosto de 2007. Ficou ali até em 3 de abril de 2009, com com salário de cerca de R\$ 2.500.
- 13) O ex-deputado Chiquinho Escórcio, "faz-tudo" da família Sarney em Brasília, foi nomeado por Roseana representante do governo em Brasília, cargo com status de secretário estadual. Há dois anos, ele foi acusado de espionar os senadores Demóstenes Torres (DEM-GO) e Marconi Perillo (PSDB-GO) por orientação do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), de quem era assessor especial.
- 14) Juliana, filha de Chiquinho, ganhou uma nomeação no gabinete do senador Mauro Fecury (PMDB-MA), que assumiu a vaga deixada por Roseana Sarney (PMDB),
- 15) Alba Leide Nunes Lima, mulher de Chiquinho, trabalha desde março de 2008 no gabinete pessoal de Sarney.
- 16) Said Dib, assessor de imprensa de Sarney para o Amapá, cuida do blog do presidente. Porém, como não haviam mais vagas no gabinete de Sarney, ele é lotado na Direção Geral, a pedido de Agaciel Maia.
- 17) O ex-presidente do PMDB do Amapá, Raimundo Azevedo Costa, é lotado no gabinete de Sarney.
- 18) O ex-secretário estadual do PMDB no Maranhão Wilson Ramos Neiva é lotado no gabinete de Sarney.
- 19) Ex-secretária do governo do Maranhão, Marília Lameiras, trabalha como assessora no gabinete de Mauro Fecury (PMDB-MA).
- 20) Luiz Carlos Bello Parga Júnior, filho do ex-senador maranhense Bello Parga, também é lotado no gabinete de Mauro Fecury (PMDB-MA).
- 21) Antônio Leonardo Gomes Neto é lotado no gabinete de Edison Lobão Filho (PMDB-MA). Gomes Neto é executivo do Sistema Difusora de Comunicação, de propriedade da família de Edison Lobão, ministro da comunicação e pai do senador.
- 22) Vânia Lins Uchôa Lopes é assessora técnica da presidência do Senado desde 8 de abril de 2005, quando Renan Calheiros (PMDB-AL) ocupava o cargo. Sarney manteve Vânia no emprego. Ela recebe sem dar expediente no local e é mulher de Tito

Uchôa, primo de Renan. Em 2007, Tito foi apontado como comprador de emissoras de rádio em Alagoas em nome de Renan, que seria o verdadeiro proprietário.

23) O namorado da neta de Sarney é funcionário do Ministério de Minas e Energia. Estudante de direito, Luiz Gustavo Amorim namora Rafaela Sarney, filha adotiva da governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB).

24) Ana Carolina Ferreira, filha do deputado federal Albérico Ferreira Filho (PMDB-MA), primo de Sarney, foi abrigada no gabinete de Sarney até 23 de junho 2008.

25) Ana Luíza Ferreira, outra filha de Ferreira Filho, também era lotada no gabinete de Sarney.

26) A estudante Gabriela Aragão Guimarães Mendes, apesar de formalmente lotada no gabinete de Sarney, não dá expediente lá.

27) Maria do Carmo de Castro Macieira foi nomeada em 29 de junho de 2005 para o gabinete de Roseana Sarney através de um ato secreto e, com a saída da senadora para assumir o governo do Maranhão, foi lotada no gabinete de José Sarney. Maria é casada com Fábio Boeris Macieira, sobrinho da mulher de Sarney, dona Marly. Ela foi retirada do cargo no dia 21 de agosto de 2009.

As conexões mais importantes são as que atravessam os diferentes poderes: “Rui Soares Palmeira, atualmente deputado estadual em Alagoas, foi o beneficiário do "favor" prestado por Renan com o chapéu do contribuinte. Ele é filho de Guilherme Palmeira, ex-presidente do TCU, que tomaria posse meses depois sob os aplausos de Renan, na época presidente do Senado. Rui Palmeira foi contratado no dia 23 de fevereiro de 2005. Em entrevista gravada ao blog, ele afirmou que a indicação foi feita pelo próprio Renan Calheiros. A exoneração aconteceu apenas no dia 31 de Março de 2006”²³.

A Assembléia Legislativa do Paraná apresentava em 2008 um total declarado de 2.458 funcionários, dos quais 1.942 eram funcionários comissionados, ou 79%²⁴. A Câmara Municipal de Curitiba apresentava em 2009 um total de 728 funcionários, dos quais 539 eram comissionados, um total de 74,2%²⁵. Ao longo dos últimos anos e das últimas legislaturas o nepotismo vem sendo criticado e limitado nas assessorias do legislativo.

Em 1º de abril de 2009 foi divulgada pela primeira vez a lista de funcionários da Assembléia Legislativa do Paraná. A lista completa dos 2.458 funcionários da Casa foi publicada pela primeira vez na história do legislativo paranaense depois de anos da mais completa ausência de transparência no assunto. O Ministério Público Estadual (MP) abriu uma investigação sobre 20

²³ <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2009/09/15/assessor-de-renan-no-senado-estudou-ingles-no-exterior-223324.asp>

²⁴ Comissionados em excesso. Assembléia Legislativa do Paraná lidera o ranking das casas legislativas estaduais do Sul e Sudeste do país com o maior porcentual de funcionários em cargos de comissão. Gazeta do Povo, 5 de abril de 2008. Domingo. Página 20. <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidapublica/conteudo.phtml?tl=1&id=874298&tit=Comissionados-em-excesso>

²⁵ 74% do servidores da Câmara são comissionados. Gazeta do Povo, 22 de abril de 2009. Quarta-feira.

Pg. 13. <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidapublica/conteudo.phtml?id=879399&com=1>

casos suspeitos de nepotismo na Assembléia Legislativa do Paraná. “Caberá à Promotoria do Patrimônio Público apurar as contratações suspeitas. O MP não informou os nomes de quem será investigado, mas confirmou que um deles é o diretor legislativo da Assembléia, Severo Olímpio Sotto Maior – coincidentemente irmão do procurador-geral de Justiça do Paraná, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, o chefe do Ministério Público. Severo tem dois filhos trabalhando em cargos comissionados na Casa. O mais velho, Richard Ruppel Sotto Maior, tem 35 anos e desde os 14 trabalha na Assembléia, segundo Severo. O outro filho empregado é George Alexandre Sotto Maior, que tem 25 anos e há dois trabalha no Legislativo. A esposa de Severo, Elisa Sotto Maior, também é funcionária da Casa, mas, ao contrário dos filhos, é servidora efetiva – o que, em tese, não caracterizaria nepotismo. Apesar disso, ela trabalha justamente na diretoria legislativa, comandada pelo marido²⁶”.

Amizade entre os poderes: “Embora muitas das despesas dos deputados estaduais sejam questionadas por parte da população, como liberação de verbas para jornais e rádios e contratação de pesquisas de opinião pública, nenhuma irregularidade está sendo apontada. O procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Paraná, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, disse que ainda não analisou os gastos dos parlamentares porque agora é que estão sendo divulgados. “Colaboramos com a implantação do Portal da Transparência, mas o tema ainda não foi analisado”, afirmou. Sotto Maior esteve na semana passada na Assembléia recebendo homenagem por ter sido eleito presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União. “Não me lembro de dois poderes terem um relacionamento tão cordial e republicano”, declarou o presidente da Casa, Nelson Justus (DEM), durante homenagem²⁷”. Milton Riquelme de Macedo era o antecessor de Sotto-Maior no cargo de procurador-geral de Justiça do Paraná. A família Macedo está nos cartórios, no Tribunal de Justiça e na política há vários séculos no Paraná.

²⁶ Lista levanta suspeita de casos de nepotismo. Gazeta do Povo. 13/04/2009. Caderno Vida Pública. <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidapublica/conteudo.phtml?id=873837> (acessado em 10 de abril de 2009)

²⁷ Amizade. Gazeta do Povo. Domingo, 20 de setembro de 2009. Vida Pública, 18. <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidapublica/conteudo.phtml?tl=1&id=925861&tit=Amizade>

O fenômeno do parentesco no Judiciário

O fenômeno do nepotismo é alvo de ações do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Ministério Público Federal e da Polícia Federal no Espírito Santo: “As investigações do esquema de corrupção apontam que o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ/ES) foi usado para negócios em família e entre amigos. Além do presidente do TJ, desembargador Frederico Guilherme Pimentel, pelo menos 16 desembargadores empregaram parentes no Judiciário capixaba. O ex-presidente do TJ-ES Frederico Pimentel possuía 17 parentes empregado na esfera do judiciário com os 4 filhos, genros, noras e a própria esposa. Balcão de negócios no tribunal. Investigações da Polícia Federal mostram como os envolvidos no esquema na mais alta Corte do Espírito Santo manipulavam liminares, interferiam nos concursos e brigavam por lucros em cartório²⁸”.

O “Conselho Nacional de Justiça (CNJ) investiga 39 casos de nepotismo no Judiciário. Cada procedimento envolve contingente variado de contratados que não passaram pelo crivo do concurso público. A mais recente inspeção do CNJ apontou nepotismo em larga escala no Tribunal de Justiça da Paraíba - foram identificados 48 apadrinhados e outras 24 admissões estão sob suspeita. Desde que o nepotismo foi banido, em outubro de 2005, pela Resolução 7, o CNJ já abriu 203 processos relativos a nomeações violadoras do artigo 37 da Constituição, que trata da transparência, moralidade, honestidade e impessoalidade na administração pública. Tribunais ainda relutam em acatar a diretriz do CNJ. “Há resistência às normas contra o nepotismo, não só no Judiciário como em toda a administração pública”, declarou o ministro Gilson Langaro Dipp, corregedor nacional da Justiça²⁹”.

Ângela Khury Munhoz da Rocha foi indicada, em 2009, desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná pelo Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião. Ângela é prima do atual deputado estadual Alexandre Curi,

²⁸ <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/01/438455.shtml> (acessado em 10 de abril de 2009)

²⁹ Mesmo proibido, nepotismo persiste e CNJ apura 39 casos em tribunais. Segunda-Feira, 14 de Setembro de 2009. Cada procedimento de investigação envolve inúmeros servidores que foram admitidos sem concurso público http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090914/not_imp434378.0.php

neto do falecido deputado estadual Aníbal Curi, um dos símbolos mais tradicionais da política de favores do Paraná do século passado. O Tribunal de Justiça também é pautado por conexões políticas e verificamos vários parentescos entre o poder legislativo e judiciário.

Cartórios

Instituições especialmente perpassadas por formas históricas de nepotismo e ainda pouco estudadas pelas ciências sociais no Brasil, os tabelionatos e cartórios representam importante campo de investigação para os estudos sobre as conexões clássicas entre poder político e parentesco. As formas de produção e reprodução de desigualdades históricas no Brasil apresentam importantes mecanismos nas formas de recrutamento e composição dessas instituições ao longo do passado. Os tabelionatos representam uma antiga instituição, que existe desde o Antigo Regime e segue existindo desde as primeiras vilas coloniais. Os tabelionatos e cartórios atravessam toda a história brasileira e atravessam todo o processo de modernização da sociedade, do Estado e continuam apresentando algumas características semi-privadas, como o nome do titular ou responsável. Os tabelionatos, tal como vários outros órgãos do Estado, antecedem a existência das classes sociais modernas e continuam com o legado muitas vezes da hereditariedade.

A classe dominante sempre se apropriou da distribuição dos cartórios e as novas elites políticas também logo aprenderam a fazer o mesmo. A análise de muitos cartórios é a análise de tradicionais nomes e sobrenomes políticos da classe dominante. Mesmo lideranças modernas tiveram herdeiros em cartórios. É o caso do Paraná, Adriano Richa, titular do cartório de Registro de Imóveis de Campina Grande do Sul.

Os 13.595 cartórios brasileiros arrecadaram R\$ 4 bilhões de reais em 2006. “Os cartórios oferecem serviços que vão desde certidões de nascimento, casamento e óbito até o registro de imóveis, protesto de títulos, escrituras, procurações, reconhecimento de firmas e autenticações. Apesar da função social que desempenham, são regidos pela lógica do lucro, que transforma os

serviços mais rentáveis em feudos indevassáveis e joga cartórios mais pobres no limbo do sistema. A CNJ (corregedoria do Conselho Nacional de Justiça) recebeu dados de 11.639 cartórios. A receita média é R\$ 344 mil por ano (R\$ 28,6 mil por mês). Mas o desempenho é desigual. Há cartórios que, por prestar serviços gratuitos, tiveram lucro zero. Outros, principalmente os de registros de imóveis e notas, têm receita de grande empresa. O cartório mais rentável está no Rio. A corregedoria não quis divulgar o nome, mas informou que, em 2006, ele acumulou R\$ 28,3 milhões. O segundo colocado está em São Paulo, com R\$ 26,9 milhões arrecadados no mesmo período³⁰.

Há casos de problemas de gestão em cartórios tradicionais. “O presidente do STJ, ministro Cesar Asfor Rocha, deferiu o pedido de suspensão de segurança favorável ao Estado do Paraná, para manter a suspensão da delegação de titularidade do 12º Tabelionato de Notas de Curitiba. A titular do cartório, Andréa da Costa Macedo, é acusada de emitir diversas certidões falsas que geraram danos materiais a vários cidadãos”³¹. O tabelionato está estabelecido num dos pontos mais centrais da cidade de Curitiba: a Rua XV de Novembro nº 1037. O cartório Macedo, um dos mais tradicionais de Curitiba, como o nome indica, pertenceu a Epaminondas Faria de Macedo, da importante família Macedo do Paraná, primo do ex-prefeito de Curitiba e ex-ministro Rafael Greca de Macedo, bem como parente de vários dos Macedo no Tribunal de Justiça e na Associação Comercial do Paraná³².

Os integrantes da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR) elegeram no dia 14 de novembro, a diretoria para o mandato 2008 / 2010. A chapa eleita tem Rogério Portugal Bacellar, Tabelionato de Notas em Curitiba, como presidente reeleito. Rogério é filho de Romeu Felipe Bacellar, que foi casado com Myrian Clodomira de Macedo Portugal Bacellar, filha do desembargador Clotário de Macedo Portugal, patrono do Poder Judiciário paranaense, outro membro da mesma família Macedo comentada anteriormente. As conexões entre o poder judiciário e os cartórios são muito

³⁰ Jornal O Globo, 24 de maio de 2008. Reportagem de Carolina Brígido, Chico Otavio e Isabel Braga http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/05/24/levantamento_inedito_do_cnj_revela_que_cartorios_faturam_4_bi_por_ano_com_burocracia-511684790.asp

³¹ <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/977051/stj-mantem-afastamento-de-tabelia-acusada-de-emitir-certidoes-falsas>

³² Sobre o papel histórico da família Macedo na política paranaense consultar o nosso livro “O Silêncio dos Vencedores”. Milton Riquelme de Macedo foi procurador-geral de Justiça do Paraná por duas gestões no atual governo Requião. A nova desembargadora Ângela Khury foi chefe de gabinete de Macedo.

antigas. Outro irmão de Rogério atuou na seguinte causa: “Cartorários sem concurso são destituídos e caso chega ao STF. O advogado Romeu Felipe Bacellar, que defende três dos quatro cartorários que recorreram ao STF, afirma que seus clientes já exerciam de fato a titularidade antes da Constituição de 88 e que o TJ, à época, aceitou as efetivações. Segundo Bacellar, eles foram nomeados com base em uma regra anterior à Constituição que permitia a um titular de um cartório indicar o seu substituto. Esse substituto, porém, teria de exercer a atividade por cinco anos como cartorário para ser efetivamente nomeado pelo TJ. Mas o CNJ entendeu que os serventuários também não cumpriram os requisitos legais da antiga legislação. Esse é outro temor entre os cartorários: que haja destituições por irregularidades nas nomeações anteriores à atual Constituição”³³.

Os cartórios do Paraná estão entre os mais caros do Brasil, de acordo com levantamento da imprensa³⁴.

Tribunais de Contas

Os Tribunais de Contas seriam instituições que deveriam zelar pela impessoalidade, transparência e moralidade das contas públicas, no entanto os Tribunais de Contas praticamente são sinônimos de nepotismo em muitos dos estados brasileiros. “Todos os conselheiros do TCE paulista empregam parentes”³⁵. “O conselheiro Antonio Umberto de Souza Jr., do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), diz ser irregular e preocupante a prática de nepotismo adotada pelos sete membros do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). “Acho muito ruim que um tribunal de contas, que tem uma função fiscalizadora, não dê exemplo e passe a impressão terrível de que a administração pública está fora de controle, que foi privatizada”, afirma. Os sete conselheiros nomearam filhos, irmãos e noras, sem concurso público, para

³³ Fonte: Gazeta do Povo. 03/02/2008. Autor: Caio Castro Lima. Cartorários sem concurso são destituídos e caso chega ao STF. Justiça / Decisão do CNJ põe os cartórios em polvorosa / Tipos de cartórios / TJ promove concurso no dia 10.

<http://celepar7cta.pr.gov.br/mppr/noticiamp.nsf/9401e882a180c9bc03256d790046d022/1841f38ff0461370832573e80054d8b7?OpenDocument>

³⁴ Cartórios do Paraná estão entre os mais caros do país. Gazeta do Povo. 21 de setembro de 2009. Página 13. <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidapublica/conteudo.phtml?id=926155>

³⁵ Todos os conselheiros do TCE paulista empregam parentes. Folha de São Paulo, 12 de Dezembro de 2007. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u358163.shtml> (acessado em 10 de abril de 2009).

salários altos, em média R\$ 12 mil líquidos por mês. Num dos casos, o conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho nomeou cinco filhos. Segundo funcionários do tribunal, eles não trabalham no órgão. Os demais conselheiros contrataram parentes que atuam no TCE”³⁶.

“No TCE do Rio Grande do Sul, o presidente em exercício, Porfírio Peixoto, confirmou que emprega três concunhados e dois sobrinhos de sua mulher, com ressalva que os vínculos são por afinidade e não por consangüinidade e em grau permitido pela legislação. Também explicou que seu colega, o conselheiro Hélio Mileski, em férias, emprega dois filhos de desembargadores há menos de dois anos, enquanto tem dois filhos no Tribunal de Justiça há mais de dez anos. Ele não considera que sejam casos de nepotismo cruzado porque as nomeações não foram feitas por reciprocidade”³⁷. “O Tribunal de Contas do Pará ainda emprega parentes. A súmula determina que vencido o prazo, caso existam casos de nepotismo comprovados, a demissão terá que ser imediata. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), já solicitou a lista dos nomes, mas não obteve retorno. Os nomes de parentes de seis dos sete conselheiros do Tribunal de Contas aparecem na lista de servidores. O presidente do órgão, Fernando Coutinho Jorge, também tem parentes no tribunal”³⁸.

Em muitos Tribunais de Contas as relações entre políticos e conselheiros são bastante conhecidas. Muitos políticos profissionais se aposentam nos Tribunais de Contas e muitos outros conselheiros dos TCs têm filhos como deputados e em outros cargos políticos.

Conselho Nacional de Justiça

Morgana da Almeida Richa, juíza do Trabalho da 9ª Região e esposa de José Richa Filho, foi indicada pelo Senado, em 2009, para compor o CNJ -

³⁶ Folha de São Paulo. 27/12/2007. Nepotismo no TCE preocupa membro do Conselho de Justiça <http://www1.folha.uol.com.br/fohla/brasil/ult96u358436.shtml> (acessado em 10 de abril de 2009).

³⁷ Nepotismo. ANPR Associação Nacional dos Procuradores da República.

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO. Menos da metade das Assembléias Legislativas demitiu parentes. 26/10/2008. Súmula do STF proibindo contratação de familiares nos Três Poderes completa 2 meses com poucos resultados.

http://www.anpr.org.br/portal/index.php?option=com_newsclipping&Itemid=142&task=integra&dia=28&mes=10&ano=2008 (acessado em 10 de abril de 2009)

³⁸ http://www.sindjus.com.br/site/noticias_nepotismo.php?id=453

Conselho Nacional de Justiça. “O prefeito Beto Richa (PSDB) recontratou o irmão, José Richa Filho, para o cargo de secretário de Administração e a esposa, Fernanda, para o cargo de presidente da Fundação de Ação Social. Ambos haviam sido exonerados no período eleitoral, no meio do ano passado, para trabalhar na campanha de Richa. Tanto Fernanda quanto José Richa Filho eram, na época, réus numa ação movida pelo Ministério Público contra a prefeitura, a fim de acabar com o nepotismo no âmbito municipal”³⁹. Outro cunhado de Morgana Richa é Adriano Richa, titular de cartório em Campina Grande do Sul, Paraná.

Tribunais Eleitorais

Indicações para cargos também podem envolver familiares de membros da Justiça Eleitoral.

A imprensa noticiou as relações entre políticos e parentes de membros do Tribunal Eleitoral em Manaus: “Prefeito nomeia parentes e emprega filha de Juiz do TRE”. “O prefeito de Manaus, Amazonino Mendes, colocou no cargo de diretora-presidente de uma fundação municipal, a filha do juiz que pode decidir seu futuro político. O presidente do TRE do Amazonas, desembargador Ari Moutinho, poderá ter que dar o “voto de minerva” para impedir a cassação do prefeito, caso os demais juízes da corte provoquem um empate no julgamento. Martha Moutinho, filha do juiz, chefiará a Fundação Dr. Thomas, que abriga e promove assistência a idosos. Amazonino, que teve o registro cassado em primeira instância em razão de uma acusação de compra de votos durante as eleições de 2008, só conseguiu ser diplomado e tomar posse depois que o TRE deferiu um pedido liminar que obrigava a apreciação de recursos interpostos pela defesa do prefeito depois da sentença (...) a Promotoria Eleitoral de Manaus entrou com um pedido de suspeição de Ari, pedindo o afastamento do juiz do caso. O argumento usado à época era que outro filho do presidente do tribunal, Ari Moutinho Filho, era suplente na Câmara dos Deputados do vice de Amazonino, Carlos Souza (PP), então deputado federal.

³⁹ Combate ao nepotismo fracassa. Gazeta do Povo. Segunda-feira, 24 de agosto de 2009. <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidapublica/conteudo.phtml?id=917574>

Portanto, disseram os promotores, ele se beneficiaria diretamente da diplomação do prefeito e de Souza. O pedido não foi aceito. Ari Moutinho Filho acabou sendo escolhido para um cargo no TCE (Tribunal de Contas do Estado) amazonense no final de dezembro, o que pôs fim ao objeto do pedido de suspeição. À época, a nomeação de Martha ainda não havia sido divulgada. "Agora, vamos analisar se devemos fazer o pedido de novo", afirmou Ayres. Desde o início do ano, Amazonino vem enfrentando críticas por colocar em vagas de primeiro escalão parentes seus ou de outros membros da administração. Ele nomeou uma filha para a Secretaria de Cultura e Turismo, a irmã do vice para a Subsecretaria de Assistência Social e Cidadania e a mulher de um secretário especial como diretora da ManausPrev _órgão que cuida da previdência da prefeitura. A assessoria da prefeitura nega irregularidades nas nomeações. Afirma que todas se pautaram por "critério técnico". Ontem, a Folha deixou recados para Ari e Souza, mas até a conclusão desta edição nenhum dos dois ligou de volta. Martha também não foi localizada para dar sua versão ⁴⁰.

No Paraná também existem conexões entre os poderes. "Tomam posse o desembargador Carlos Hoffmann (oriundo do Ministério Público) na presidência do Tribunal do Justiça, e os colegas Jesus Sarrão e Regina Helena (advogados indicados pela OAB) como presidente e vice do TRE. Hoffmann chegou à magistratura escolhido pelo então governador Alvaro Dias. Mesma sorte teve Jesus Sarrão, que antes servira ao governo de José Richa na Casa Civil e ao próprio Alvaro nos cargos políticos de secretário da Segurança e diretor do Detran. Regina Helena Portes vem dos tempos do primeiro mandato de Requião, na década de 90; indiretamente, ela ainda mantém ligações com o governador: seu marido, Joaquim Portes, desempenha funções de assessor especial no primeiro gabinete. Em 10 dos últimos 22 anos da história do TJ, sua presidência esteve nas mãos de um desembargador do quinto. Ou seja, em matéria de tempo no poder, o quinto vale mais de dois quintos... ⁴¹"

⁴⁰ 13/1/2009. Folha de São Paulo. Amazonino dá cargo para filha de juiz do TRE-AM

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u489241.shtml>

⁴¹ Gazeta do Povo - Coluna de Celso Nascimento - 02 de Fevereiro de 2009, Celso Nascimento /O quinto manda na Justiça do Paraná. <http://www.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=313>

Conselhos das Estatais

A participação de familiares e de membros das redes de parentesco nos conselhos das estatais, empresas, fundações ou assemelhadas, também é outro elemento verificável no estudo das redes de poder. Tattiana Cruz Bove Iatauro é membro do Conselho de Administração da Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, além de ser funcionária do Tribunal de Contas do Paraná. A conselheira é mulher de Rafael Iatauro, Secretário-Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná (desde Abril/2006), ex-presidente do Tribunal de Contas do Paraná. O Secretário-Chefe é pai de duas filhas indicadas para o TC-PR, Giovana Maria de Medeiros Iatauro de Camargo e Gracia Maria de Medeiros Iatauro⁴². Giovana Iatauro é casada com Fábio Camargo, atual Deputado Estadual na Assembléia Legislativa do Paraná. Fábio Camargo é filho e neto de desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná e sobrinho de Cresus Camargo, titular de cartório em Curitiba e primos distantes do atual Deputado Federal Affonso Alves Camargo Neto, neto do Presidente do Paraná na Primeira República com o mesmo nome e primos distantes do Visconde Guarapuava, na época da monarquia, para não irmos ainda mais longe !

Formas de patrimônio

Um estudo de Pedro Humberto Bruno e de Carvalho Jr. sobre a distribuição do patrimônio imobiliário das famílias brasileiras e a sua principal forma de tributação, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)⁴³, revelou que "46,4% do patrimônio imobiliário residencial estimado eram usufruídos por apenas 10% das famílias brasileiras". Outras formas de bens e riqueza como cotas ou ações em empresas, jóias, obras de arte, barcos, automóveis de luxo mostra que a concentração seria ainda maior. Uma análise em termos de IPTU

⁴² Gazeta de Novo. 18/junho/2007. Listamos hoje os 128 nomes do Tribunal de Contas do Paraná. Campeão em nepotismo...

<http://www.gazetadenovo.com/index.php?page=news.php&view=11822737572184>

⁴³ Aspectos Distributivos do IPTU e do Patrimônio Imobiliário das Famílias Brasileiras Pedro Humberto Bruno e de Carvalho Jr. / Rio de Janeiro, 2009. Texto para Discussão. IPEA. 1417. http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1417.pdf
http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=3062

demonstra que "o usufruto do patrimônio imobiliário das famílias é mais concentrado que a própria renda familiar".

A concentração de riqueza no Brasil pode ser medida também no caso do número de clientes da caderneta de poupança, em relação aos valores depositados. O saldo de contas entre R\$100,00 e R\$ 5.000,00 é composto por 80.580.797 indivíduos ou clientes, ou 89,55 % do total dos clientes, com valores depositados no total de R\$36,377 milhões, equivalentes a 13,44% do total dos valores. Praticamente 99% dos clientes da Caderneta de Poupança têm menos do que R\$ 50.000,00 reais depositados. Já o grupo superior, com saldos em contas acima de R\$ 1.000.000,00, era composto por 3.822 clientes, 0,004% do total, mas com valores depositados de R\$ 14.988 milhões, 5,53% do total dos valores⁴⁴.

O índice de Gini como medida da desigualdade brasileira⁴⁵:

1960 - 0,497

1970 - 0,565

1980 - 0,592

1991 - 0,637

2004 – 0,559

2008 – 0,531

O Distrito Federal, na PNAD de 2008, apresentou o mais elevado índice de Gini, com 0,618⁴⁶.

Conclusões

O fenômeno do nepotismo vem sempre de cima, das mais altas hierarquias. Ex-presidentes da República são campeões em nepotismo

⁴⁴ Caderneta de poupança pode ser taxada em 22,5%. Gazeta do Povo 16 de setembro de 2009.

<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=924695&tit=Caderneta-de-poupanca-pode-ser-taxada-em-225>

⁴⁵ http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/rendimentos_precos/rendimentos/tabela_sal_3_12.xls
PNAD 2008. IBGE.

⁴⁶ PNAD 2008. Divulgada em 18 de setembro de 2009-

<http://economia.uol.com.br/ultnot/2009/09/18/ult4294u2959.jhtm>

militante. Por que a sociedade brasileira é tão desigual? Explicações histórico-formativas são essenciais. As próprias instituições políticas são desiguais e produzem desigualdade, o nepotismo é uma das suas modalidades. O poder executivo, legislativo, judiciário, os tribunais e contas, os cartórios, todos estão em maior ou menor grau atravessados por relações de parentesco e por diferentes formas de nepotismo. O problema é a identificação de quem produz e reproduz a desigualdade? Em nenhuma outra unidade do Brasil o índice de Gini é tão elevado como em Brasília, exatamente onde o papel do governo federal é tão grande e relativamente recente, somente desde 1960. Brasília foi um produto das últimas décadas da República. Os poderes executivo, legislativo, judiciário, as estatais sempre tiveram e têm um papel central no Distrito Federal. Por que a diferença de renda entre um desembargador e um professor de ensino fundamental é tão grande? Por que a diferença entre a educação e o judiciário, a saúde e o legislativo, a cidadania e os cartórios? Por que há tanta desigualdade dentro do Estado e muito maior ainda na sociedade civil? Um dos elementos explicativos para a construção da desigualdade são as redes de poder e as redes de nepotismo, historicamente donas do poder e das decisões das políticas públicas no Estado. O fenômeno do nepotismo não é apenas uma curiosidade ou o resquício de uma arcaica cultura política, mas é uma das formas centrais de organização social e política de segmentos da elite e da classe dominante. É uma relação orgânica de produção e reprodução de mecanismos de poder, de riqueza e de concentração de renda. A desigualdade gerada pelas redes de nepotismo é um processo histórico de longa duração e merece ser investigado em abrangentes pesquisas empíricas, definidas em novas abordagens teóricas e conceituais, a partir de novas agendas de pesquisa e com novos objetos de estudo. Mesmo com pequenas reduções na desigualdade brasileira, o combate ao nepotismo no Brasil ainda fracassa. Políticas públicas antinepotismo têm muitas lacunas e acabam beneficiando os nepotes, como a Súmula 13 do STF, que na prática ajudou a promover os nepotes para níveis superiores. A desigualdade também é um produto da modernização da República, Brasília apresenta o mais elevado índice de Gini no Brasil, mesmo sendo uma criação recente, com menos de 50 anos de existência. É preciso criar um “Observatório do Nepotismo” no Brasil, estudando e listando grupos familiares de poder militantes no nepotismo e na

desigualdade social. O nepotismo é incompatível com a moderna democracia e com a moderna idéia de cidadania.

Referências Bibliográficas

- CATTANI, Antonio David. Desigualdades Socioeconômicas: conceitos e problemas de pesquisa. Revista Sociologias, nº 18: Porto Alegre, 2007
- MEDEIROS, Marcelo. O que faz os ricos ricos. O outro lado da desigualdade brasileira. São Paulo. Hucitec-ANPOCS, 2005
- POCHMANN, Márcio. Atlas da Exclusão Social. São Paulo: Cortez, 2004.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias, poder e riquezas: redes políticas no Paraná em 2007. Revista Sociologias, nº 18: Porto Alegre, 2007
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Silêncio dos Vencedores. Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

Anexo - Parlamentares com parentescos políticos (Congresso em Foco):

DEPUTADOS

1. **Abelardo Lupion (DEM-PR)** – neto do ex-governador paranaense (1947/1951 e 1956/1961) Moysés Lupion. 2. **ACM Neto (DEM-BA)** – neto do senador, ex-governador e ex-ministro Antonio Carlos Magalhães (ACM) e primo do deputado federal Paulo Magalhães (DEM-BA). Seu pai, Antonio Carlos Magalhães Júnior, preside a Rede Bahia (principal grupo de comunicação baiano) e foi senador de 2000 a fevereiro de 2003, após assumir a vaga de ACM, que renunciou ao cargo. 3. **Afonso Camargo (PSDB-PR)** – neto do ex-governador, ex-senador e ex-deputado Afonso Alves de Camargo. 4. **Albano Franco (PSDB-SE)** – filho do ex-governador Augusto Franco e irmão do ex-deputado federal Antônio Carlos Franco. 5. **Alberto Silva (PMDB-PI)** – neto de Claro Ferreira de Carvalho Silva, conselheiro de província e um dos principais pioneiros no desenvolvimento da área do delta do Parnaíba. 6. **Aline Corrêa (PP-SP)** – filha de Pedro Corrêa, ex-deputado federal e ex-presidente nacional do PP, cassado em 2006. 7. **Ana Arraes (PSB-PE)** – filha do ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes e mãe do atual governador, Eduardo Campos. 8. **Andreia Zito (PSDB-RJ)** – filha de José Camilo Zito (PSDB), ex- prefeito de Duque de Caxias e deputado estadual mais votado no Rio de Janeiro em 2006. 9. **Angela Amin (PP-SC)** – casada com o ex-governador de Santa Catarina e ex-senador Esperidião Amin. 10. **Angela Portela (PT-RR)** – casada com o ex-governador de Roraima Flamarion Portela. 11. **Átila Lins (PMDB-AM)** – irmão do deputado estadual Belarmino Lins. 12. **Augusto Farias (PTB-AL)** – irmão do falecido Paulo César Farias, ex-tesoureiro de Fernando Collor. 13. **Bilac Pinto (PR-MG)** – neto do ex-deputado da UDN mineira Olavo Bilac Pinto, que foi também ministro do Supremo Tribunal Federal. 14. **Bonifácio de Andrada (PSDB-MG)** – herdeiro de uma das mais tradicionais famílias mineiras e descendente direto do “patriarca da Independência”, José Bonifácio de Andrada e Silva. 15. **Brizola Neto (PDT-RJ)** – neto do ex-governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. 16. **Bruno Araújo (PSDB-PE)** – filho do ex-deputado Eduardo Araújo. 17. **Carlos Bezerra (PMDB-MT)** – casado com a ex-deputada Tetê Bezerra. 18. **Carlos Brandão (PSDB-MA)** – é de uma tradicional família de políticos maranhenses. 19. **Carlos Zarattini (PT-SP)** – filho de Ricardo Zarattini Filho, que assumiu o cargo de deputado federal como suplente em 2004 e 2005. 20. **Celso Maldaner (PMDB-SC)** – irmão do ex-senador Cacildo Maldaner. 21. **Ciro Gomes (PSB-CE)** – ex-marido da senadora Patrícia Saboya, irmão do governador do Ceará, Cid Gomes, e do deputado estadual Ivo Gomes. 22. **Clóvis Fecury (DEM-MA)** – filho e herdeiro político do ex-deputado e atual suplente da senadora Roseana Sarney, Mauro Fecury. 23. **Davi Alves Silva Júnior (PDT-MA)** – filho do ex-prefeito de Imperatriz, de quem herdou o nome político. 24. **Elcione Barbalho (PMDB-PA)** – ex-mulher do deputado e ex-senador Jader Barbalho (PMDB-PA), com quem mantém aliança política. 25. **Efraim Filho (DEM-PB)** – filho do ex-deputado federal e senador Efraim Morais (DEM). 26. **Fábio Faria (PMN-RN)** – é filho do deputado estadual Robinson Faria, ex-presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte. 27. **Fábio Souto (DEM -BA)** – filho do ex-governador do estado Paulo Souto. 28. **Felipe Bornier (PHS-RJ)** – filho do deputado federal e ex-prefeito de Nova Iguaçu (RJ) Nelson Bornier. 29. **Felipe Maia (DEM-RN)** – filho do senador em terceiro mandato José Agripino Maia, líder do PFL no Senado e ex-governador do seu estado. 30. **Fernando Chucre (PSDB-SP)** – filho do atual prefeito de Carapicuíba (SP), Fuad Chucre. 31. **Fernando Coelho Filho (PSB-PE)** – filho do ex-deputado federal Fernando Bezerra, sobrinho do ex-deputado federal Clementino Coelho e sobrinho-neto do ex-deputado federal Osvaldo Coelho. 32. **Flaviano Melo (PMDB-AC)** – filho do ex-deputado estadual Raimundo Baptista de Melo e irmão do ex-deputado federal José de Melo. 33. **Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)** – filho do ex-deputado federal Afrísio Vieira Lima, ex-secretário de Segurança da Bahia. 34. **Gladson Cameli (PP-AC)** – sobrinho do ex-governador do Acre Orleir Cameli. 35. **Gustavo Fruet (PSDB-PR)** – filho do ex-prefeito nomeado de Curitiba e ex-deputado federal, Maurício Fruet.

36. Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) – filho do ex-governador do estado Aloísio Alves e primo do senador Garibaldi Alves. **37. Ilderlei Cordeiro (PPS-AC)** – filho do ex-deputado Ildelfonso Cordeiro, morto em acidente aéreo na campanha de 2002. **38. Íris de Araújo (PMDB-GO)** – mulher do prefeito de Goiânia e ex-governador de Goiás, Íris Rezende. **39. Jader Barbalho (PMDB-PA)** – é pai de Helder Barbalho (PMDBPA), prefeito de Ananindeua, e foi casado com a deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA). **40. Jair Bolsonaro (PP-RJ)** – pai do deputado estadual Flávio Nantes Bolsonaro (PP) e do vereador carioca Carlos Bolsonaro. **41. Jairo Ataíde (DEM-MG)** – casado com a deputada estadual Ana Maria Rezende (PSDB). **42. Janete Capiberibe (PSB-AP)** – esposa do ex-senador cassado João Capiberibe (PSB). **43. João Carlos Bacelar (PR-BA)** – filho do ex-deputado federal João Carlos Bacelar. **44. Jorginho Maluly (DEM-SP)** – filho do ex-deputado federal Maluly Neto. **45. José Fernando Aparecido de Oliveira (PV-MG)** – filho de José Aparecido de Oliveira, que foi deputado federal, governador do Distrito Federal, embaixador e ministro da Cultura. **46. José Genoíno (PT-SP)** – irmão do deputado federal José Guimarães (PT-CE). **47. José Guimarães (PT-CE)** – irmão do deputado federal José Genoíno (PT-SP). **48. Jutahy Júnior (PSDB-BA)** – filho do ex-vice-governador da Bahia Jutahy Borges Magalhães e neto do ex-governador da Bahia Juracy Magalhães. **49. Lázaro Botelho (PP-TO)** – casado com a prefeita de Araguaína, Valdevez Castelo Branco Martins (PL). **50. Léo Alcântara (PR-CE)** – filho de Lúcio Alcântara, ex-governador do Ceará e ex-senador. **51. Leonardo Picciani (PMDB-RJ)** – filho do deputado estadual Jorge Picciani, presidente da Assembleia Legislativa e cacique do PMDB do Rio. **52. Lucenera Pimentel (PR-AP)** – mulher do prefeito de Macapá (AP), João Henrique Rodrigues Pimentel. **53. Luciana Genro (PSOL-RS)** – filha do ministro da Justiça, Tarso Genro (PT), com o qual tem públicas divergências ideológicas e políticas. **54. Lúcio Vale (PR-PA)** – filho do ex-deputado Anivaldo Vale. **55. Luiz Carlos Busato (PTB-RS)** – filho de Luiz Jeronimo Busato, prefeito nomeado na cidade de Canoas (RS em 1978). **56. Luiz Paulo (PSDB-ES)** – filho da ex-deputada estadual Maria José Vellozo Lucas (PSDB), que também presidiu o Tribunal de Contas e foi chefe da Casa Civil no governo do ES. **57. Marcelo Serrano (PSB-AM)** – filho do prefeito de Manaus, Serrano Corrêa. **58. Maria Lúcia Cardoso (PMDB-MG)** – casada com Newton Cardoso, ex-governador de Minas Gerais. **59. Marinha Raupp (PMDB-RO)** – casada com o senador Valdir Raupp. **60. Maurício Quintella (PR-AL)** – primo do ex-governador de Alagoas, Ronaldo Lessa. **61. Mendonça Prado (DEM-SE)** – filho de Luciano Andrade Prado, que exerceu o mandato de deputado estadual por 32 anos consecutivos e foi secretário estadual de Articulação com os Municípios. **62. Moisés Avelino (PMDB-TO)** – vem de família de políticos tradicionais em Santa Filomena (PI). **63. Natan Donadon (PMDB-RO)** – irmão de Marcos Donadon, ex-presidente da Assembleia Legislativa de Roraima. **64. Nelson Bornier (PMDB-RJ)** – pai do deputado federal Felipe Bornier (PHS-RJ). **65. Nice Lobão (DEM-MA)** – é esposa do ex-governador e senador Edson Lobão (PFL). **66. Olavo Calheiros (PMDB-AL)** – irmão do senador e presidente do Congresso, Renan Calheiros (PMDB-AL) e do deputado federal Renildo Calheiros (PCdoB-PE). **67. Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)** – filho do ex-ministro da Justiça e ex-deputado federal Ibrahim Abi-Ackel. **68. Paulo Bornhausen (DEM-SC)** – filho do ex-senador, ex-ministro e ex-governador de Santa Catarina, Jorge Bornhausen (PFL). **69. Paulo Henrique Lustosa (PMDB-CE)** – filho do ex-deputado federal Paulo Lustosa. **70. Paulo Magalhães (DEM-BA)** – sobrinho do ex-governador e senador Antonio Carlos Magalhães e primo do deputado ACM Neto (ambos do DEM-BA). **71. Professor Sétimo (PMDB-MA)** – casado com a atual prefeita de Timon, Socorro Waquim (PMDB). **72. Ratinho Junior (PSC-SC)** – filho do ex-deputado federal e apresentador de televisão Ratinho. **73. Rebecca Garcia (PP-AM)** – filha do ex-deputado federal Francisco Garcia. **74. Reinaldo Nogueira (PDT-SP)** – irmão de Ronaldo Nogueira, que assumiu o segundo mandato de deputado estadual na Assembleia Legislativa de São Paulo em 2007. **75. Reinaldo Nogueira (PDT-SP)** – sobrinho de vereador em Indaiatuba. **76. Renildo Calheiros (PCdoB-PE)** – irmão do senador e presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e do deputado federal Olavo Calheiros (PMDB-AL). **77. Rita Camata (PMDB-ES)** – casada com o senador Gerson Camata (PMDB). **78. Roberto Rocha (PSDB-MA)** – filho do ex-deputado federal e ex-governador do Maranhão Luiz Rocha. **79. Rodrigo de Castro (PSDB-MG)** – filho de Danilo de Castro, secretário de governo de MG, ex-deputado federal e ex-presidente da Caixa Econômica Federal. **80. Rodrigo Maia (DEM-RJ)** – filho do prefeito do Rio de Janeiro, César Maia. **81. Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB)** – pai do atual governador do estado, Cássio Cunha Lima. **82. Sandra Rosado (PSB-RN)** – casada com o ex-deputado federal Laire Rosado, secretário estadual da Agricultura do RN. **83. Sarney Filho (PV-MA)** – filho do senador e ex-presidente da República José Sarney (PMDB) e irmã da também senadora Roseana Sarney (PMDB). **84. Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA)** – filho do ex-governador e senador João Durval (PDT) e irmão do prefeito de Salvador, João Henrique (PDT). **85. Sérgio Brito (PDT-BA)** – filho do ex-deputado federal Henrique Brito Filho. **86. Sueli Vidigal (PDT-ES)** – casada com Sérgio Vidigal, o presidente regional do PDT e ex-prefeito da Serra. **87. Tatico (PTB-GO)** – pai do ex-deputado federal Enio Tatico. **88. Thelma de Oliveira (PSDB-MT)** – viúva do ex-governador de Mato Grosso e ex-deputado federal Dante de Oliveira. **89. Valadares Filho (PSB-SE)** – filho do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-CE). **90. Vic Pires Franco (DEM-PA)** – casado com a ex-vice-governadora do Pará, Valéria Vinagre Pires Franco. **91. Vicente Arruda (PSDB-CE)** – tem origem numa família tradicional da política cearense. **92. Vital do Rego Filho (PMDB-PB)** – filho do ex-deputado Vital do Rego.

SENADORES

1. Alvaro Dias (PSDB-PR) – irmão do senador Osmar Dias (PDT-PR). **2. Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA)** – avô do deputado ACM Neto (PFL-BA), tio do deputado federal Paulo Magalhães (DEM-BA), pai de Antonio Carlos Magalhães Junior (ex-senador pelo PFL-BA) e daquele que era considerado seu grande herdeiro político, o ex-presidente da Câmara dos Deputados Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), falecido aos 43 anos em 1998, vítima de um ataque cardíaco. **3. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)** – pai do deputado Valadares Filho (PSB-SE) e filho de Pedro Valadares, ex-prefeito de Simão Dias. **4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)** – pai do deputado estadual Arthur Bisneto, filho e sobrinho-neto de ex-senador. **5. César Borges (DEM-BA)** – é filho e neto de ex-prefeitos de Jequié (BA). **6. Cícero Lucena (PSDB-PB)** – sua mulher, Lauremília Lucena, foi vice-governadora da PB. É primo do ex-senador Humberto Lucena. **7. Eduardo Suplicy (PT-SP)** – foi casado com a ex-prefeita de SP e atual ministra de Turismo, Marta Suplicy (PT), por 40 anos. Após a separação, ela manteve o sobrenome com o qual se lançou na política. **8. Edison Lobão (DEM-MA)** – casado com a deputada Nice Lobão (DEM). **9. Efraim Morais (DEM-PB)** – pai do deputado Efraim Filho (DEM). **10. Fernando Collor (PTB-AL)** – filho do ex-senador Arnon de Mello e neto do ex-ministro do Trabalho Lindolfo Collor. **11. Francisco Dornelles (PP-RJ)** – possui laços de família com duas das principais figuras políticas do Brasil no século passado. Por parte de mãe, é sobrinho do ex-governador mineiro Tancredo Neves, eleito presidente da República em 1985 e que morreu antes de tomar posse; e, por parte do pai, primo de Getúlio Vargas. É, também, sobrinho do ex-senador, ex-ministro da Agricultura e ex-governador Ernesto Dornelles. **12. Garibaldi Alves Filho**

(PMDB-RN) – primo do deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). **13. Gerson Camata (PMDB-ES)** – casado com a deputada Rita Camata (PMDB-ES). **14. Jayme Campos (DEM-MT)** – irmão do ex-senador Júlio Campos. **15. João Durval (PDT-BA)** – pai do deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA) e do prefeito de Salvador, João Henrique. **16. José Agripino Maia (DEM-RN)** – pai do deputado Federal Felipe Maia (DEM). **17. José Sarney (PMDB-AP)** – pai da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) e do deputado Sarney Filho (PV-MA). **18. Lúcia Vânia (PSDB-GO)** – foi casada com o ex-governador de Goiás Irapuã Costa Júnior. **19. Marco Maciel (DEM-PE)** – filho de José do Rego Maciel, ex-deputado, ex-prefeito do Recife e ex-secretário da Fazenda de Pernambuco. **20. Maria do Carmo (DEM-SE)** – casada com João Alves Filho, que já foi ministro do Interior, governador de Sergipe e prefeito de Aracaju. **21. Patrícia Saboya (PSB-CE)** – neta do ex-senador Plínio Pompeu Saboya e ex-mulher do deputado federal Ciro Gomes (PSB). **22. Osmar Dias (PDT-PR)** – irmão do senador Alvaro Dias (PSDB-PR). **23. Renan Calheiros (PMDB-AL)** – irmão dos deputados Olavo Calheiros (PMDB-AL) e Renildo Calheiros (PCdoB-PE). **24. Romero Jucá (PMDB-RR)** – casado com a ex-prefeita de Boa Vista Teresa Jucá (PPS). **25. Romeu Tuma (DEM-SP)** – pai do ex-deputado federal Robson Tuma (PFL) e do ex-deputado estadual Tuma Júnior (PPS). **26. Roseana Sarney (PMDB-MA)** – filha do senador José Sarney (PMDB-MA) e irmã de Sarney Filho (PV-MA). **27. Rosalba Ciarlini (DEM-RN)** – mulher do ex-deputado Carlos Augusto Rosado. **28. Tasso Jereissati (PSDB-CE)** – filho do ex-senador, ex-deputado federal e ex-presidente do PTB, Carlos Jereissati. **29. Tião Viana (PT-AC)** – irmão de Jorge Viana (PT), ex-governador do Acre. **30. Valdir Raupp (PMDB-RO)** – casado com a deputada Marinha Raupp (PMDB-RO).

<http://congressoemfoco.ig.com.br/Noticia.aspx?id=16670>

Notícia publicada em 14/05/2007. Última atualização em 15/05/2007